

A Sociedade do Conhecimento e a Cultura

Belyaev, D. & Roca, Z. (Eds.) (2010). *Portugal in the Era of the Knowledge Society*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 419 págs.

O livro consiste de um conjunto de artigos organizados em quatro partes. As três primeiras contêm abordagens específicas do tema “Portugal na Era da Sociedade do Conhecimento” e a quarta apresenta uma reflexão sinóptica sobre os assuntos tratados nas anteriores. A organização do volume é amplamente debatida e justificada na parte final.

Na introdução, os editores do volume, Demyan Belyaev e Zoran Roca, perspetivam a marcha de Portugal em direção à sociedade do conhecimento e colocam as questões basilares tratadas nos diferentes artigos. No final da introdução os editores referem que “este livro é um dos resultados do projeto de investigação [...] realizado no Centro de Investigação do Território, Cultura e Desenvolvimento da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias” (p. 10).

Portugal é considerado o “ideal típico” de um país “europeu periférico” (p. 7) tanto “em termos de desenvolvimento socioeconómico” como na medida em que “avançou na direção da sociedade do conhecimento” (p. 8). Esta ideia é corroborada no artigo de Demyan Belyaev, que constitui a última parte do volume. Portugal é caracterizado como um país que, não sendo “demasiado desenvolvido nem completamente subdesenvolvido”, pertence ao “escalão dos países ‘desenvolvidos’ segundo todos os indicadores, exceto o HDI, mas encontra-se posicionado claramente no fundo deste escalão” (p. 347).

A situação contrasta de forma gritante com a que se verificava nos séculos XV e XVI quando “Portugal estava na vanguarda do conhecimento, na Europa, em áreas como a tecnologia de navegação, exploração e cartografia, comércio, permuta e integração culturais, empreendedorismo internacional e assumpção de risco” (pp. 7- 8).

A introdução coloca a questão que animou a organização deste volume: “Será Portugal capaz de dar um salto em frente e, de novo, trilhar o caminho do desenvolvimento baseado no conhecimento, como já uma vez o fez?” (p. 10).

Formulada desta forma geral, bem intencionada mas algo romântica, a pergunta não pode encontrar resposta num livro. Todavia, a obra encara esta questão mais como *leitmotiv* e desagrega-a numa série de outras questões, as quais, essas sim, são equacionadas e debatidas em alguns dos seus aspetos relevantes. Os artigos constituem contributos importantes para que essas questões mais parcelares sejam respondidas de forma objetiva e documentada.

A primeira parte, intitulada “Portugal: uma economia baseada no conhecimento”, reúne várias contribuições para responder à questão: “Portugal evolui no sentido de uma economia baseada no conhecimento?” Os artigos salientam as dificuldades económicas (Luciano Amaral, “Economic development: evolution and prospects”), as virtualidades da organização e do apoio estatal à inovação (Joana Chorincas, “Innovation clusters: public policies and critical success factors”), bem como a modernização administrativa e a difusão das tecnologias da informação (Jorge Ferreira, “From a green paper to the Magallen computer: a crusade for na information society”), que se têm vindo a manifestar no percurso da sociedade portuguesa rumo à economia do conhecimento.

Apesar da evolução no sentido da adoção das tecnologias de informação e comunicação ser uma realidade, a conversão da economia portuguesa numa economia baseada no conhecimento não pode

ser considerada um facto adquirido. Como escreve Belyaev no seu artigo final, sumariando a análise dos dados apresentados: “Portugal pode ter adotado as últimas tecnologias em alguns setores, mas a dimensão destes setores e a sua contribuição para a atividade económica nacional permanece baixa. Além disso, a tecnologia carece de pessoal qualificado para tirar partido dela. A adoção de tecnologia aproxima Portugal, que progrediu nesta senda, da sociedade da informação. Contudo, para poder ser usada de forma produtiva a informação tem de ser digerida e compreendida a fim de se tornar conhecimento” (p. 358).

A segunda parte do livro, intitulada “O capital humano para uma sociedade do conhecimento”, alarga o debate ao papel do capital humano no desenvolvimento do país, assumindo a “crença de que pessoas mais educadas geram uma economia mais competitiva” (p. 122).

A ideia de que existe uma correlação positiva entre o desenvolvimento económico e a escolaridade consolidou-se na segunda metade do século XIX¹. Hoje é comum associar o desenvolvimento económico à educação e às tecnologias. Como é referido logo na introdução, “a transição para uma economia ‘baseada no conhecimento’ é vista por muitos especialistas como oportunidade excecional para que países e regiões menos desenvolvidos avancem rapidamente no seu desenvolvimento convertendo as suas atividades económicas de base em atividades intensivas em conhecimento” (p. 7).

Os contributos desta parte, sobretudo o de Tatiana Koryakina, Cláudio Sarrico e Pedro Teixeira, “The higher education system and producing science” e o de Ana Delicado, “International mobility of researchers: policies, trends and impacts”, dão nota dos enormes progressos registados no desenvolvimento do ensino, da ciência, da tecnologia e da investigação em Portugal. Os artigos de Elsa Estrela e António Teodoro, “Between equity and excellence: challen-

ges for secondary education policies” e de José Marques e Pedro Góis, “Inward highly skilled migration: a typology and challenges”, assinalam também os bloqueios que se verificam na economia e na sociedade quando se pretende que estas absorvam os recursos humanos dotados de conhecimentos altamente especializados que são produzidos no país ou que nos chegam importados de outros países: “enquanto os indicadores de input em ensino superior e em investigação são bastante promissores, o mesmo não podemos dizer dos indicadores de output, ou seja de aplicações do conhecimento” (p. 151). A concentração de qualificações e de conhecimento, que não se traduzem em melhorias na economia do país, podem acabar por ter consequências negativas para a coesão social, originando clivagens sociais por via das diferenças de formação, ou conduzir a um surto emigratório: “o risco de ‘sobrequalificação potencial’ é muito real em Portugal. Nunca existiu uma geração tão qualificada, mas como não encontra emprego no país está a emigrar, porque a economia [...] não consegue absorver este capital humano” (p. 125).

A comparação da realidade nacional com a de outros países vem confirmar que o sucesso dos investimentos no ensino não depende somente dos montantes envolvidos e da forma como estes são distribuídos e aplicados. Se a sociedade, seja por que razão for, não permitir o desenvolvimento de uma cultura de valorização do conhecimento, bem como das crenças, dos comportamentos e das atitudes que estão na base da produção e do domínio do conhecimento, como o rigor, a disciplina, o esforço, o respeito pela ciência e pelos mais sábios, o investimento em capital humano pode deparar-se com obstáculos, inicialmente invisíveis mas que, a médio prazo, se agigantam e se tornam quase intransponíveis.

Ainda assim os condicionalismos sociais e culturais não são uma fatalidade. O livro em apreço tem o mérito de não ignorar a dimensão sócio-cultural, “algo ‘invisível’, ou seja, menos acessível à ob-

servação e medição diretas” (p. 371) , mas que, como têm revelado vários estudos², pode tornar-se um fator determinante na progressão de um país rumo à sociedade do conhecimento.

A terceira parte do livro é dedicada ao estudo dos fatores sociais e culturais que podem revelar-se catalisadores ou inibidores do progresso em direção à sociedade do conhecimento. A abordagem não pretende ser exaustiva e foca apenas alguns aspetos pontuais, designadamente: a relevância das políticas de divulgação cultural no estrangeiro e de internacionalização, através da cooperação com os países lusófonos, como fator de competitividade económica (Filipe Murraças, “Culture as a driver of competitiveness: tourism, human capital and lusophony”); o papel das associações sem fins lucrativos como veículos da participação cívica (Eduardo Marques, “Civic culture and participation in non-profit grassroots associations”); as vicissitudes do mercado habitacional português e as deficiências da sua regulação (José Oliveira, “The housing problema and the evolution of homeownership culture: from ‘clandestine’ neighbourhoods to second homes”). Este enfoque em aspetos particulares, longe de ser uma desvantagem, realça a preocupação empírica com a realidade nacional concreta e presente. Uma preocupação muitos vezes ausente em estudos do mesmo género.

Esta parte inclui também uma contribuição notável para a compreensão do papel dos agentes do desenvolvimento local e regional. O artigo de Zoran Roca, “Topophilia, local identity and development: conceptual dilemmas, empirical records and policy concerns”, apresenta os resultados de dois estudos empíricos, realizados pelo autor ao longo de vários anos. O primeiro estudo, de âmbito nacional, examina o binómio globalização/identidade local através das representações dos “peritos e ativistas do desenvolvimento local e regional nas áreas rurais” (p. 224). Por um lado, estes agentes locais identificaram “sintomas de passividade e estagnação sócio-eco-

nómica profundamente enraizados” nas comunidades locais, o que explica o seu ceticismo em encarar a “(re)afirmação das identidades locais como meio de incremento da competitividade da cultura e da economia locais”. Por outro lado, “a presença moderada de algumas componentes – como a agricultura comercial e a procura externa de produtos locais, o turismo internacional, a produção cultural local – parecem estar associadas de forma mais positiva do que negativa com os impactos da globalização.” (p. 247).

O segundo estudo, conduzido pelo mesmo autor na Região Oeste, mostra que a operacionalização do conceito de topofilia (afeição por determinadas características territoriais) através do conceito de terrafilia (empenho em promover o desenvolvimento territorial) permite estudar a capacidade dos agentes de desenvolvimento em promover “políticas e ações viáveis que promovem a afirmação da identidade local como recurso do desenvolvimento” (p. 248).

A quarta parte do livro, como já referimos, consiste de um artigo sinóptico da autoria de Demyan Belyaev. O artigo sintetiza as abordagens contidas nas partes anteriores do livro em quatro hipóteses acerca das causas do (sub)desenvolvimento nacional, nomeadamente: a hipótese económica, a hipótese do capital humano, a hipótese social e a hipótese do contexto cultural.

A hipótese económica afirma que “Portugal é menos desenvolvido sobretudo porque é (relativamente) pobre, ou seja, porque possui pouco capital (tanto por trabalhador como por habitante), seja ele físico ou financeiro” (p. 348); porque “produz bens de baixo valor acrescentado ou bens não competitivos na economia global” (p. 400).

A hipótese do capital humano explica o fraco desenvolvimento do país pela baixa qualificação da população trabalhadora.

A hipótese do capital social radica o subdesenvolvimento nos índices baixos de cultura cívica e de confiança interpessoal. Este fator

“aumenta o custo das transações e conduz a ineficiências colossais [...] O grau de confiança entre portugueses é muito baixo (20%) e é muito mais baixo do que nos países mais desenvolvidos” (p. 349).

A hipótese do contexto cultural atribui as causas do fraco desenvolvimento de Portugal a certos traços culturais (crenças, atitudes e valores) difundidos na população portuguesa, nomeadamente: orientação para o curto-prazo, procrastinação, interpretação tácita dos compromissos como não vinculativos, conservadorismo, preferência da lealdade ao mérito, falta de iniciativa, submissão a uma autoridade que se espera que assuma a responsabilidade (p. 402).

O artigo debate detalhadamente cada uma das hipóteses, com particular incidência nas duas últimas. Todas as hipóteses enfrentam uma argumentação que questiona a causalidade que afirmam, tanto no que toca à intensidade da relação causal como à direção da mesma (não será a causa apontada em cada hipótese antes um efeito do fraco desenvolvimento?). O autor salienta que a quarta hipótese, a hipótese do contexto cultural, afigura-se como uma boa explicação da “passividade e estagnação sócio-económicas profundas”, constatadas empiricamente no estudo de Zoran Roca. Mas não deixa de reconhecer que, também aqui, “a direção da causalidade permanece controversa” (p. 402).

Apesar de inevitavelmente inconclusivo quando à verdadeira causa do fraco desenvolvimento de Portugal em direção à sociedade do conhecimento, o livro tem o mérito de explicar de forma lúcida e informada quatro abordagens distintas do problema. Há que reconhecer o mérito particular de equacionar de forma aprofundada as hipóteses do capital social e do contexto cultural, tanto ao nível do seu enquadramento teórico, sobretudo no último artigo, como ao nível empírico do estudo do desenvolvimento social, regional e local, nos artigos da terceira parte do livro. Estas duas hipóteses não costumam ser objeto de uma análise tão detalhada.

Terminamos com uma referência à capa do livro. Entre as imagens do globo terrestre, da esfera armilar e das órbitas planetárias, avulta a imagem de um astrolábio – aparelho inventado em Portugal e que “se tornou instrumental para o sucesso das expedições marítimas dos portugueses” (p. 10). Aproveitamos este apontamento para recordar as palavras de Jaime Cortesão: “Erro crasso foi supor-se até aos nossos dias que os descobrimentos e conquistas dos portugueses não excediam um caso, ainda que inaudito, de bravura coletiva. Não foram as lanças, as couraças, as bombardas, as naus e a fúria de movê-las, mas sim os regimentos, as cartas, os astrolábios, o método, a disciplina, enfim a cultura e o espírito organizados, que triunfaram.”³ Uma cultura que, pelos vistos, tarda em renascer em terras lusas.

Manuel Loureiro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

E-mail: mloureiro@ulusofona.pt

Notas

¹ Cf. Belyaev, D. (2009). O ideal Humboldtiano de ensino e os desafios da sociedade do conhecimento: uma reflexão crítica. *Cadernos de Investigação Aplicada*, 3, p. 143 e segs.

² Veja-se, por exemplo, o livro de Lawrence E. Harrison (2006). *The central liberal truth. How politics can change a culture and save it from itself*, New York: Oxford University Press. O autor não só descreve vários condicionalismos culturais que, apesar dos esforços de investimento no setor económico e educativo, impedem as sociedades de se desenvolverem no sentido da prosperidade, da democracia e da justiça social, como termina o seu estudo apresentando uma lista de recomendações, gizadas no âmbito do projeto “Culture Matters”, para remover progressivamente os obstáculos culturais ao progresso nas sociedades menos desenvolvidas.

³ Cortesão, J. (1993), *Influência dos descobrimentos portugueses na história da civilização*, IN/CM, Lisboa, p. 82.